

Ata nº.070 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV. Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV, na sede do Instituto, localizada na Rua Rio Grande do Sul, 1409, Centro - São Gabriel do Oeste/MS, com a presença dos membros: FLAVIO TADEU KOWALESKI, JOSÉ LUIS RIBEIRO DE LEON, CLARICE RIBEIRO ALVES ROCHA, LISIANE GONÇALVES, ENEDILSON MAROCCO, para debaterem a respeito a seguinte ordem do dia: **Destinação dos recursos da arrecadação do SGOPREV da competência do mês de julho de 2025; realocação da carteira de investimentos, para melhor rentabilidade da carteira; destinação dos rendimentos dos investimentos em títulos públicos e vértice com vencimentos em 2026, 2028, 2030, 2032; destinação dos valores recebidos de compensação previdenciária do INSS. Renovação de credenciamento da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda.** O presidente do comitê de investimentos iniciou a reunião destacando a ausência do consultor em investimentos SÉRGIO RICARDO PINHO, por motivos de força maior. O valor da arrecadação bruta, correspondente à competência de julho de 2025 é de R\$ 1.722.987,58, onde, R\$ 1.652.725,50 corresponde à contribuição patronal e dos segurados e R\$ 70.262,08 corresponde à taxa de administração. O cenário econômico, transcrito da análise da carteira, disponibilizada em 15/08/2025, pela assessoria em investimentos Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos, descreve a seguinte conjuntura: *"Na última semana, a ata da última reunião do Copom avaliou que o cenário externo segue mais incerto e adverso, influenciado principalmente pelas tarifas dos EUA, com impactos ainda incertos sobre a economia brasileira. No ambiente doméstico, há moderação no crescimento, mas o mercado de trabalho continua aquecido, sustentando o consumo e pressionando a inflação de serviços. As expectativas de inflação para 2025 (5,1%) e 2026 (4,4%) permanecem acima da meta, e os núcleos de inflação seguem elevados, reforçando a necessidade de política monetária restritiva por mais tempo. O comitê destacou que a desancoragem das expectativas aumenta o custo de desinflação e requer postura cautelosa, especialmente diante da resiliência da atividade e das incertezas fiscais. Do quadro exposto, o Copom decidiu manter a Selic em 15% ao ano, entendendo que o patamar atual é suficientemente contracionista para levar a inflação à meta no horizonte relevante, desde que mantido por período prolongado. A decisão foi unânime e reflete a estratégia de interromper o ciclo de alta para observar os efeitos dos ajustes já realizados, sem descartar novos aumentos se necessário. Na visão da Crédito e Mercado, as projeções de afrouxamento situam-se apenas em 2026. Nos Estados Unidos, os indicadores de atividade do setor de serviços de julho, mostraram sinais mistos: o PMI da S&P Global avançou para 55,7, o maior nível do ano, impulsionado por novos negócios, lançamentos de produtos e forte geração de empregos, apesar da queda na demanda externa causada por tarifas e riscos de retaliação, que também pressionaram custos e preços finais. Já o PMI do ISM recuou para 50,1, próximo à estagnação, com desaceleração na atividade, novos pedidos e estoques, intensificação das pressões de preços e queda mais acentuada no emprego, enquanto exportações e importações migraram para território contracionista, refletindo os impactos das tensões comerciais globais. Na Ásia, o CPI da China de julho ficou estável em relação ao ano anterior, contrariando a expectativa de queda de 0,1% e após alta de 0,1% em junho. O preço dos alimentos caiu 1,6%, maior queda em cinco meses. O núcleo da inflação subiu 0,8% na base anual, maior nível em 17 meses, e 0,4% na mensal, a mais alta desde janeiro, influenciada por eventos climáticos extremos. No atacado, o PPI recuou 0,4% pelo quarto mês seguido, mantendo o maior ritmo de queda mensal em seis meses. Inflação (IPCA): A expectativa para 2025 recuou de 5,07% para 5,05%, enquanto para 2026 passou de 4,43% para 4,41%. PIB: As projeções de crescimento recuou em 2,23% para 2,21% em 2025, e em 2026 diminuiu de 1,88% para 1,87%. Câmbio: A estimativa para o dólar em 2025 permaneceu R\$ 5,60 e em 2026 a R\$ 5,70. Selic: A taxa básica de juros segue estimada em 15,00% para 2025 e 12,50% para 2026. Nesta semana, as divulgações dos dados de inflação ocuparão o calendário. Na terça feira teremos a inflação ao consumidor referente ao mês de julho para o Brasil e para os Estados Unidos. Na quinta feira, além da divulgação do PIB do segundo trimestre da zona do euro, contaremos com a divulgação da inflação ao produtor norte americano também referente a julho. Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longuíssimas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demasiado e perdas financeiras para os RPPS, e que por isso recomendamos diminuição gradativa em fundos atrelados ao IMA-B5+. Outrora, enxergamos que o fechamento da ponta longa da curva pode trazer ganho para o RPPS, por isso recomendamos o retorno de alocação para ativos vinculados ao IMA-B e IMA-Geral no que representar até 5% da carteira. Entendemos que exposições sobrealocadas em durations mais longas podem trazer mais riscos. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longuíssimo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição até que enxerguemos maiores condições de alfa para este modelo estratégico. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de*

investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto da Selic, recomendamos cautela em relação a ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão." As recomendações da assessoria, diante do cenário econômico atual, para os novos aportes, são: Títulos Públicos. Para realocações, a recomendação é: resgate do CDI e do IRF-M 1 e aplicação em Ações Livres, Multimercado Credito Privado, Fundo Imobiliário. Lembrando que as recomendações são de análise macro, não refletindo o posicionamento do Comitê de Investimentos, que busca aplicações mais conservadoras, procurando não expor a carteira do RPPS à volatilidade da renda variável e também destacando a preocupação do comitê de investimentos de buscar investimentos menos voláteis no cenário econômico atual. Após análises e conclusões, ficou definido: O recurso recebido por compensação previdenciária no mês de agosto será aplicado em fundo vinculado ao CDI na própria conta do recebimento, na Caixa Econômica Federal, Caixa FI Brasil RF DI LP CNPJ 03.737.206/0001-97. Após análise dos membros do comitê, ficou acordado que o valor disponível para aplicação do aporte da competência de julho de 2025, juntamente com os valores dos rendimentos dos fundos vértice do BB e CEF serão aplicados no fundo: **BB RF TP 2026 CNPJ 39.255.739/0001-80**, onde na data de 20/08/2025, estava com taxa de rentabilidade de IPCA + 10,24%. Os valores dos rendimentos dos fundos vértice da conta de aporte para cobertura do déficit atuarial são reaplicados nos respectivos fundos de vértice 2028 e 2030. Não houve realocação da carteira de investimentos. Houve a renovação do credenciamento da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda, CNPJ 00.066.670/0001-00. Ficou agendada para o dia 12/09/2025, as oito horas da manhã, uma reunião extraordinária para elaboração e análise dos pareceres do comitê de investimentos do ano de 2025. O valor da taxa de administração de R\$ 70.262,08, será repassado para a conta corrente da taxa de administração junto à Caixa Econômica Federal. Dando por encerrada a reunião, o Presidente solicitou a mim, Eneilson Marocco, secretário, que fosse lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

Flavio Tadeu Kowaleski
Presidente

José Luis Ribeiro de León
Membro titular

Eneilson Marocco
Secretário

Lisiane Gonçalves
Membro titular

Clarice Ribeiro Alves Rocha
Membro titular

Ata nº.070 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV.

Ata nº.070 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV. Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV, na sede do Instituto, localizada na Rua Rio Grande do Sul, 1409, Centro - São Gabriel do Oeste/MS, com a presença dos membros: FLAVIO TADEU KOWALESKI, JOSÉ LUIS RIBEIRO DE LEON, CLARICE RIBEIRO ALVES ROCHA, LISIANE GONÇALVES, ENEDILSON MAROCCO, para debaterem a respeito a seguinte ordem do dia: **Destinação dos recursos da arrecadação do SGOPREV da competência do mês de julho de 2025; realocação da carteira de investimentos, para melhor rentabilidade da carteira; destinação dos rendimentos dos investimentos em títulos públicos e vértice com vencimentos em 2026, 2028, 2030, 2032; destinação dos valores recebidos de compensação previdenciária do INSS. Renovação de credenciamento da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda.** O presidente do comitê de investimentos iniciou a reunião destacando a ausência do consultor em investimentos SÉRGIO RICARDO PINHO, por motivos de força maior. O valor da arrecadação bruta, correspondente à competência de julho de 2025 é de R\$ 1.722.987,58, onde, R\$ 1.652.725,50 corresponde à contribuição patronal e dos segurados e R\$ 70.262,08 corresponde à taxa de administração. O cenário econômico, transcrito da análise da carteira, disponibilizada em 15/08/2025, pela assessoria em investimentos Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos, descreve a seguinte conjuntura: *“Na última semana, a ata da última reunião do Copom avaliou que o cenário externo segue mais incerto e adverso, influenciado principalmente pelas tarifas dos EUA, com impactos ainda incertos sobre a economia brasileira. No ambiente doméstico, há moderação no crescimento, mas o mercado de trabalho continua aquecido, sustentando o consumo e pressionando a inflação de serviços. As expectativas de inflação para 2025 (5,1%) e 2026 (4,4%) permanecem acima da meta, e os núcleos de inflação seguem elevados, reforçando a necessidade de política monetária restritiva por mais tempo. O comitê destacou que a desancoragem das expectativas aumenta o custo de desinflação e requer postura cautelosa, especialmente diante da resiliência da atividade e das incertezas fiscais. Do quadro exposto, o Copom decidiu manter a Selic em 15% ao ano, entendendo que o patamar atual é suficientemente contracionista para levar a inflação à meta no horizonte relevante, desde que mantido por período prolongado. A decisão foi unânime e reflete a estratégia de interromper o ciclo de alta para observar os efeitos dos ajustes já realizados, sem descartar novos aumentos se necessário. Na visão da Crédito e Mercado, as projeções de afrouxamento situam-se apenas em 2026. Nos Estados Unidos, os indicadores de atividade do setor de serviços de julho, mostraram sinais mistos: o PMI da S&P Global avançou para 55,7, o maior nível do ano, impulsionado por novos negócios, lançamentos de produtos e forte geração de empregos, apesar da queda na demanda externa causada por tarifas e riscos de retaliação, que também pressionaram custos e preços finais. Já o PMI do ISM recuou para 50,1, próximo à estagnação, com desaceleração na atividade, novos pedidos e estoques, intensificação das pressões de preços e queda mais acentuada no emprego, enquanto exportações e importações migraram para território contracionista, refletindo os impactos das tensões comerciais globais. Na Ásia, o CPI da China de julho ficou estável em relação ao ano anterior, contrariando a expectativa de queda de 0,1% e após alta de 0,1% em junho. O preço dos alimentos caiu 1,6%, maior queda em cinco meses. O núcleo da inflação subiu 0,8% na base anual, maior nível em 17 meses, e 0,4% na mensal, a mais alta desde janeiro, influenciada por eventos climáticos extremos. No atacado, o PPI recuou 0,4% pelo quarto mês seguido, mantendo o maior ritmo de queda mensal em seis meses. Inflação (IPCA): A expectativa para 2025 recuou de 5,07% para 5,05%, enquanto para 2026 passou de 4,43% para 4,41%. PIB: As projeções de crescimento recuou em 2,23% para 2,21% em 2025, e em 2026 diminuiu de 1,88% para 1,87%. Câmbio: A estimativa para o dólar em 2025 permaneceu R\$ 5,60 e em 2026 a R\$ 5,70. Selic: A taxa básica de juros segue estimada em 15,00% para 2025 e 12,50% para 2026. Nesta semana, as divulgações dos dados de inflação ocuparão o calendário. Na terça feira teremos a inflação ao consumidor referente ao mês de julho para o Brasil e para os Estados Unidos. Na quinta feira, além da divulgação do PIB do segundo trimestre da zona do euro, contaremos com a divulgação da inflação ao produtor norte americano também referente a julho. Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longuíssimas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demasiado e perdas financeiras para os RPPS, e que por isso recomendamos diminuição gradativa em fundos atrelados ao IMA-B5+. Outrora, enxergamos que o fechamento da ponta longa da curva pode trazer ganho para o RPPS, por isso recomendamos o retorno de alocação para ativos*

vinculados ao IMA-B e IMA-Geral no que representar até 5% da carteira. Entendemos que exposições sobrealocadas em durations mais longas podem trazer mais riscos. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longuíssimo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição até que enxerguemos maiores condições de alfa para este modelo estratégico. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto da Selic, recomendamos cautela em relação a ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão." As recomendações da assessoria, diante do cenário econômico atual, para os novos aportes, são: Títulos Públicos. Para realocações, a recomendação é: resgate do CDI e do IRF-M 1 e aplicação em Ações Livres, Multimercado Credito Privado, Fundo Imobiliário. Lembrando que as recomendações são de análise macro, não refletindo o posicionamento do Comitê de Investimentos, que busca aplicações mais conservadoras, procurando não expor a carteira do RPPS à volatilidade da renda variável e também destacando a preocupação do comitê de investimentos de buscar investimentos menos voláteis no cenário econômico atual. Após análises e conclusões, ficou definido: O recurso recebido por compensação previdenciária no mês de agosto será aplicado em fundo vinculado ao CDI na própria conta do recebimento, na Caixa Econômica Federal, Caixa FI Brasil RF DI LP CNPJ 03.737.206/0001-97. Após análise dos membros do comitê, ficou acordado que o valor disponível para aplicação do aporte da competência de julho de 2025, juntamente com os valores dos rendimentos dos fundos vértice do BB e CEF serão aplicados no fundo: **BB RF TP 2026 CNPJ 39.255.739/0001-80**, onde na data de 20/08/2025, estava com taxa de rentabilidade de IPCA + 10,24%. Os valores dos rendimentos dos fundos vértice da conta de aporte para cobertura do déficit atuarial são reaplicados nos respectivos fundos de vértice 2028 e 2030. Não houve realocação da carteira de investimentos. Houve a renovação do credenciamento da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda, CNPJ 00.066.670/0001-00. Ficou agendada para o dia 12/09/2025, as oito horas da manhã, uma reunião extraordinária para elaboração e análise dos pareceres do comitê de investimentos do ano de 2025. O valor da taxa de administração de R\$ 70.262,08, será repassado para a conta corrente da taxa de administração junto à Caixa Econômica Federal. Dando por encerrada a reunião, o Presidente solicitou a mim, Enedilson Marocco, secretário, que fosse lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.